

## **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?**

*Roberto Moll*

Nas últimas semanas, blogs e sítios jornalísticos publicaram ótimas reportagens sobre o crescimento da direita no Brasil. Dentre essas, destaca-se “A nova roupagem da direita” de Marina Amaral para o sítio da Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, conhecida como Pública (aqui: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>). Amaral traça com precisão a relação entre centros de pensamento (Think Tanks) e fundações estadunidenses e brasileiras, que têm por objetivo divulgar pressupostos da direita com uma roupagem sedutora para a juventude. Outro bom trabalho recente sobre o mesmo tema é a série de artigos “Tropa de elite do neoliberalismo” de Rejane Carol, publicado no blog “Capitalismo em Desencanto” (aqui: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/06/01/tropa-de-elite-do-neoliberalismo-1-a-nova-direita-brasileira-e-suas-conexoes-transnacionais/>). Nesse, Carol busca analisar os movimentos sociais com tendências neoliberais e suas relações transnacionais que recentemente ganharam o campo político do país.

A despeito da qualidade inegável dos trabalhos, é necessário desfazer a confusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo, comum inclusive em pesquisas de mais fôlego, e, conseqüentemente, encontrar as fissuras que permeiam o campo da direita. A confusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo surge, sobretudo, das semelhanças entre essas percepções de mundo sobre a economia capitalista. De forma geral, calcados nos estudos de economistas como Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Peter Drucker, Arthur Laffer, entre outros, o neoconservadorismo e o neoliberalismo pressupõem, de modo semelhante, que a solução para estabilização do sistema capitalista repousa sobre a ideia de Estado mínimo, que significa: 1) cortar gastos para diminuir a oferta de moeda, com o objetivo de conter a inflação, e abrir espaços de atuação do setor privado por meio de privatização, a fim de criar setores para dinamizar a produção; 2) aumentar a taxa de juros para conter o crédito, conseqüentemente diminuir a circulação de moeda e atrair capitais para o setor financeiro até que a inflação fique sob controle; 3) diminuir ou extinguir as regulações para reduzir o custo da produção e facilitar transações financeiras e comerciais; 4) reduzir a taxação, principalmente dos mais ricos, para estimular a inversão de capital no setor produtivo e/ou financeiro. O Estado mínimo neoliberal/neoconservador não remete à ausência de Estado, pois não pode abrir mão do uso legítimo da força para garantir o direito à propriedade.

Entretanto, neoliberalismo e neoconservadorismo são percepções de mundo gestadas em trajetórias diferentes que ganharam forma na segunda metade da década de 1970, momento de crise e, por conseguinte, de reforma do capitalismo.

No século XX, o liberalismo nos Estados Unidos, diferente do liberalismo no restante da América e na Europa, não entendia mais a liberdade apenas como uma proteção contra os abusos dos governos, mas como resultado da promoção da igualdade de oportunidades expressa por meio da oportunidade de trabalho; de uma remuneração justa e suficiente para alimentação, vestuário e recreação; do direito à habitação; do acesso à assistência médica; da garantia à seguridade econômica na velhice, na doença e no desemprego; da educação de qualidade; da capacidade de vender produtos agrícolas

por um preço que garanta qualidade de vida aos agricultores e da condição de comercializar livremente, sem competições injustas e domínio de monopólios. Além disso, como resultado de lutas e tensões, os grupos do espectro liberal incluíram a ampliação das liberdades civis e individuais e a preocupação com o meio ambiente. Desse modo, trouxeram à tona questões concernentes ao fim da segregação racial; à legalização do aborto e da prostituição como resultado da liberdade ao próprio corpo; à descriminalização das drogas, que, inclusive, representa a abertura de mais um nicho de mercado; à união homoafetiva; à liberdade religiosa; à guerra nuclear e a medidas antipoluentes.

Contudo, como resposta à crise dos anos 1970, muitos liberais buscaram reavivar o liberalismo clássico com uma roupagem pragmática que colocava o livre mercado como solução para os problemas econômicos. Para esses neoliberais, os excessivos gastos públicos, os altos impostos e a crescente regulação do governo sobre a atividade econômica geraram inflação, endividamento e prejuízos à produtividade. Como herdeiros do liberalismo, os neoliberais admitem apoiar, de acordo com a conjuntura, políticas progressistas de legalização das drogas, descriminalização da prática de aborto, a união civil homoafetiva, a liberdade religiosa e medidas relativas a preservação do meio ambiente. Como salvaguarda do direito à vida, a atuação mínima do Estado pressupõe políticas para socorrer aqueles que se encontram em necessidade. Para isso, o Estado deveria elaborar programas de incentivo ao trabalho, como especialização e orientação; programas de renda mínima ou imposto negativo com oferta direta de capital aos cidadãos, na medida necessária para garantir condições mínimas de sobrevivência; e programas sociais limitados, voltados exclusivamente para grupos específicos com o objetivo de corrigir distorções provocadas pelo próprio Estado em outros momentos. Todavia, deveria se comprometer diretamente apenas com a realocação de renda e delegar a organizações privadas o papel de executar e administrar os programas de treinamento e qualificação e os programas sociais específicos.

Bem como o liberalismo, o conservadorismo nos Estados Unidos ganhou características distintas do conservadorismo europeu, sobretudo devido à história daquele país como ex-colônia na qual os cidadãos não podem reivindicar um passado feudal ou aristocrático. Notoriamente a partir dos anos 1950, os conservadores tentaram resgatar os ideais do liberalismo clássico com uma nova roupagem. De acordo com esses “conservadores modernos”, a liberdade, no sentido libertário, era impossível sem uma prerrogativa moral e um objetivo transcendental. Do mesmo modo, a virtude moral era impossível sem a liberdade, pois, sem a possibilidade de escolha, o Estado imporá suas virtudes e seus objetivos.

Nos anos 1960 e 1970, a desilusão com o liberalismo estadunidense e com o conservadorismo moderado somada à oposição ao comunismo promoveu uma nova geração de conservadores, que mesclavam os ideais do liberalismo clássico com uma perspectiva moral da sociedade. Os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento, prejuízos à produtividade e, mais do que isso, desestimulavam o trabalho e a inovação. Portanto, afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Acima de tudo, o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços supostamente naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o

consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Isso teria aumentado a criminalidade e enfraquecido os Estados Unidos. Desse modo, os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista). Por isso, além de medidas econômicas, seria necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados.

Em suma, intelectuais de tendências neoconservadoras apontaram as transformações socioculturais e os programas sociais estabelecidos durante o século XX, sobretudo nos anos 1960, como os principais causadores dos problemas morais e de uma suposta degeneração social que assolou os Estados Unidos. Na lógica neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade. Nesse sentido, o Estado destinava recursos para os programas sociais, ao invés de incentivar a livre iniciativa e o emprego, sendo assim condescendente com a criminalidade, uma vez que abandonava a sua verdadeira função, a manutenção da ordem pública, em nome de outras atividades utópicas. Como consequência, as famílias se desestruturavam, os jovens perdiam as esperanças e passavam a valorizar a leniência e o consumo de drogas e a sociedade se fragilizava diante da criminalidade. Os neoconservadores criminalizaram os programas sociais, as políticas públicas e os pobres. As pessoas, principalmente mulheres e negros, que participavam dos programas sociais, inclusive daqueles abertos a todos os estadunidenses (como a educação pública), foram classificadas como desajustados socialmente, dependentes, vagabundos, drogados, criminosos e destruidores de lares.

Fundações, centros de pensamento e meios de comunicação atuaram como lócus de organização e divulgação de ideias neoliberais e/ou neoconservadoras. De modo destacado, a família Scaife, proprietária de diversos negócios no ramo do alumínio, do petróleo e do capital financeiro, organizou três grandes fundações, a Sarah Scaife Foundation, a Allegheny Foundation e a Carthage Foundation. Fundações como essas financiaram a formação ou a transformação de centros de pensamento para abrigar neoliberais e/ou neoconservadores como a Brookings Institution, o Democratic Leadership Council, o Progressive Policy Institute, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation, a Hoover Institution e o Cato Institute. Ademais, financiaram periódicos como o *New Criterion*, o *The American Spectator* e o *The Public Interest*.

No Partido Democrata, os quadros com tendências neoliberais apareceram em meio às fissuras resultantes dos embates entre diferentes correntes em meio à crise econômica e ao enfraquecimento político. Nas eleições de 1976, lançaram a candidatura de Jerry Brown para disputar a nomeação do Partido Democrata à presidência. Mesmo sem sucesso nacional, candidatos com tendências neoliberais passaram a ocupar lugar de destaque na Câmara de Representantes e no Senado, como Gary Hart e Paul Tsongas, respectivamente Senador pelo estado do Colorado e Deputado pelo estado de Massachusetts. Dentre outros quadros importantes da nascente ala de viés neoliberal do Partido Democrata, Bruce Babbitt assumiu como Governador do Arizona em 1978; Bill Clinton se tornou Governador do Arkansas em 1983; Mario Cuomo assumiu o cargo de Prefeito de Nova Iorque em 1983 e Al Gore assumiu como Deputado do Tennessee na Câmara de Representantes em 1977. Depois de 1978, o próprio Jimmy Carter, presidente eleito pelo Partido Democrata, passou a pedir aos estadunidenses que diminuíssem suas expectativas em relação ao papel do governo e a utilizar a linguagem da austeridade e moderação.

No Partido Republicano, a partir das eleições minoritárias de 1973, quadros que defenderam causas do escopo ideológico neoconservador ganharam destaque e acumularam capital político, dentre eles têm destaque: Bill Thomas que se tornou representante do estado da Califórnia, Newt Gingrich que conquistou uma vaga na Câmara de representantes pelo estado da Georgia e Dick Cheney, presidente da Halliburton e, mais tarde, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, que assumiu uma vaga pelo estado de Wyoming. Mais importante, nas eleições presidenciais de 1980, Ronald Reagan venceu o pleito com apoio de uma coalizão conservadora, a “nova direita”, capitaneada por quadros de tendência neoconservadora.

Como os bons trabalhos de Amaral e Carol apontam, essas ideias chegaram rapidamente ao Brasil por meio de canais políticos, intelectuais e midiáticos transnacionais. E, recentemente, com financiamento de fundações e centros de pesquisa, ganharam mais força, sobretudo, como base intelectual de oposição ao Governo de Dilma Rousseff. Entretanto, embora de forma mais simbiótica, as fissuras entre essas duas ideologias do campo da direita também ficam evidentes.

Nos últimos anos, os telejornais da Rede Globo, com tendências neoliberais, fazem a defesa pragmática de um plano econômico calcado no corte de gastos, sobretudo sobre as políticas públicas e programas sociais; no aumento da taxa de juros para conter o crédito; na extinção das regulações econômicas, principalmente aquelas que garantem direitos ao trabalhador; e na redução da taxação sobre a especulação financeira e a indústria. Ao mesmo tempo, os mesmos telejornais e os programas de entretenimento apresentam algumas posições progressistas, ainda que limitadas, acerca de questões de gênero, descriminalização das drogas, aborto, ecumenismo religioso, racismo e defesa do meio ambiente. Isso corresponde não só a liberdade relativa dos autores e editores, mas também à linha editorial pragmática da emissora. Como reação, grupos no mesmo campo da direita, com tendências conservadoras e neoconservadoras, passaram a atacar a emissora, a partir de premissas moralistas, ainda que repetindo o mesmo conjunto de ideias econômicas dos telejornais da rede de comunicação. Dentro do próprio conglomerado, o programa Manhattan Connection congrega intelectuais com percepções de mundo de tendência neoconservadora e neoliberal, que nem sempre estão de acordo, mormente no que tange às liberdades civis e individuais.

No congresso brasileiro, poucos políticos se apresentam como neoconservadores ou neoliberais, ainda que em alguma medida reproduzam posições muito próximas ao neoconservadorismo e ao neoliberalismo. E, dificilmente, intelectuais abertamente neoconservadores e neoliberais reconheceriam congêneres puros no congresso nacional. Contudo, políticos como Aécio Neves (PSDB-MG) e alguns quadros do seu partido se aproximam do modelo neoliberal. Por outro lado, políticos como Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Jair Bolsonaro (PP-RJ) frequentemente se aproximam do ideal neoconservador. Todos eles defendem políticas de austeridade e ajuste fiscal. Entretanto, o primeiro adota uma postura pragmática ao passo que os outros dois adotam um discurso moralista baseado, inclusive em pressupostos cristãos estritos (para não dizer fundamentalistas). Nem sempre esses grupos estão em concordância, ainda que tenham se aproximado bastante nos últimos meses a fim de articular pautas antigovernistas. Inclusive, tal aproximação tem causado problemas ao PSDB, afugentando grupos neoliberais avessos ao conservadorismo. Há poucos dias, o Grupo Onda Azul, formado majoritariamente por jovens com tendências neoliberais, cancelou

a filiação ao partido, por considerar, entre outras coisas, que a aproximação de Eduardo Cunha e o apoio à redução da maioria penal são movimentos equivocados.

Por tudo isso, é preciso ampliar os estudos sobre o neoconservadorismo e o neoliberalismo no Brasil, inclusive como resultado de processos transnacionais, para analisar a fundo as divergências e convergências a fim de compreendê-los como percepções de mundo que buscam se tornar hegemônicas.

---

\* Professor do Instituto Federal Fluminense; integrante do Sem Diplomacia; Doutor em Relações Internacionais pelo PPGRI – San Tiago Dantas (PUC-SP; UNESP; UNICAMP).

\*\* Este pequeno artigo é fruto da reflexão para tese de doutorado: “Imaginando o “outro” e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992) defendida pelo próprio autor.

## **O que os conservadores ainda querem “conservar”?**

*Ariel Finguerut*

“O maior perigo para a humanidade é a abstrata nudez de não ser nada além de humana” Edmund Burke

Com a sucessão presidencial nos EUA ganhando corpo, alguns temas parecem ameaçar – como fantasmas as crenças mais profundas de muitos dos que se afirmam como *conservadores* na corrida pela sucessão de Barack Obama. Dentre esses temas passemos por alguns centrais.

### 1- O conservadorismo sulista

O debate é antigo, contudo não deixa de ser ainda central quando o assunto é a estratégia eleitoral dos Republicanos. É possível ganhar a eleição no Colégio Eleitoral sem grandes concessões ao eleitorado dos estados sulistas? O dilema tem contornos históricos e, se lembrarmos que, em certo momento (a partir dos anos de 1960), os estados sulistas compunham a base Democrata e mudaram de lado, será que eles não poderão abandonar” a base republicana? Cercados de incertezas, os postulantes a candidatos buscam convencer que são “conservadores” o suficiente” ou mesmo “sulistas” o suficiente. A situação torna-se um dilema delicado quando símbolos da herança cultural sulista, muitas vezes ligados ao passado escravista, ganham o noticiário. Destacando o recente massacre em [Charleston](#), muitos liberais e progressistas lembram que o passado escravista e segregacionista do Sul segue presente. O próprio presidente Obama afirmou que o racismo está no DNA dos EUA o que – sem dúvida – ajudou a mobilizar a opinião pública contra símbolos sulistas, como a bandeira confederada ou referências a generais sulistas como Nathan Bedford Forrest, também um dos fundadores do Ku Klux Klan.

Toda essa situação deixa os conservadores na defensiva, pois a herança cultural sulista, os símbolos da Guerra Civil, o discurso radical anti-Estado de Bem-Estar Social, bem como a defesa incondicional do direito às armas, compõem o conservadorismo americano contemporâneo.

## 2 – O casamento tradicional

Pensar e defender a família tradicional formada por um homem e uma mulher – com filhos – é cada vez mais uma bandeira que apenas uma minoria se empenha em mobilizar-se como causa política. Segundo pesquisa do Instituto Gallup, o apoio ao casamento gay nunca foi tão alto nos EUA como atualmente, chegando a 60% de simpatia. Se pensarmos que nos idos dos anos noventa, num momento otimista para os EUA, com o final da Guerra Fria e Bill Clinton à frente da Casa Branca, o apoio era de 27%. Mesmo outros [temas morais](#) relacionados com o casamento estão ganhando um perfil mais liberal: ter um filho fora do casamento tem aprovação de 65% das mulheres (em 2002 era 46%), a infidelidade matrimonial é aceita por 12% dos homens (em 2001, era 7%).

Candidatos conservadores se veem num dilema na medida em que precisam da base mais religiosa de seu eleitorado mas sabem que dificilmente terão êxito eleitoral se sua base for restrita a esse eleitorado. Para muitos liberais e progressistas, grupos que defendem o casamento tradicional, como o [Family Research Council](#), não passam de estratégias para camuflar um discurso homofóbico, levando suas lideranças, como [Tony Perkins](#), a terem que responder frequentemente sobre porque são denunciados por grupos como o Southern Poverty Law Center que monitoram setores e discursos de ódio nos EUA. O aumento do apoio ao casamento gay está vinculado a outro tema sensível para a base conservadora, como o aborto. [A decisão da Suprema Corte](#) que obriga os estados a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi recebida entre conservadores como um novo *Roe vs. Wade*, decisão da Suprema Corte de 1973 que garante às mulheres o direito a interromper a gravidez.

Segundo pesquisa Gallup, 50% dos adultos se posicionam em 2015 “pelo direito a escolha” (54 % entre mulheres). Dentro desse grupo há grande respaldo para políticas mais liberais em relação ao direito de interromper a gravidez. Em 2009, logo no começo do governo Obama, o cenário era o contrário, o grupo “pela vida” que defende restrições quando não a proibição total do aborto chegava a 51%.

## 3 – A Guerra contra as drogas

A era Obama também representou uma mudança representativa no eleitorado em relação ao tema das drogas, seu consumo, uso medicinal e mesmo na estratégia de combate. O eleitorado está mais liberal nesses temas. Segundo pesquisa Gallup feita em outubro de 2014, 51% dos pesquisados avaliam que a maconha em particular deveria ser legal nos EUA. Em outubro de 1969, em pleno ano do “verão do amor”, a porcentagem que defendia a legalização não passava de 12%. Já são 23 estados que permitem o uso medicinal da maconha e alguns deles são centrais para o cálculo conservador para chegar a Casa Branca. É o caso, por exemplo, do Alaska, ou dos “swing states” Arizona, Colorado e Nevada.

Para os conservadores, defender uma “linha dura” contra as drogas é parte da afirmação de identidade. Esse tema avança para outros como as políticas para imigrantes, a manutenção da pena de morte e a violência policial. Todos esses temas são sensíveis – principalmente entre os mais jovens – em termos eleitorais. Abrir mão do eleitorado jovem pode ser desastroso para os planos dos Republicanos. [Os Republicanos perderam a guerra às drogas?](#) Para muitos ainda haverá outros “rounds”, mas, no caso específico da maconha e seu uso medicinal, a percepção social está certamente mais liberal, ou mesmo libertária, e menos conservadora, no sentido tradicional do termo.

#### 4 – O fortalecimento do poder executivo

Muitos conservadores desconfiavam do “conservadorismo com compaixão” do então candidato George W. Bush em 2000 e, principalmente, depois do 11/09/2001, muitos criticaram a influência dos neoconservadores nos rumos domésticos e externos do poder americano. Hoje, ao pensarmos na sucessão de Obama, ele próprio um candidato que explorou e mobilizou muito bem o eleitorado anti-Bush, temos ainda heranças da era Bush como o Homeland Security e uma série de discussões em torno da National Security Agency (NSA). Se hoje é difícil defender a “guerra ao terror” que chegou a ter 80% de apoio nos EUA, o *modus operandi* e a própria eficácia da NSA são rechaçados e questionados especialmente entre eleitores conservadores. Quem se destaca na base conservadora são nomes libertários como [Rand Paul](#), que defende a privacidade, teme o uso indiscriminado dos *drones* e quer redirecionar o debate sobre segurança e dimensão do poder americano. Os conservadores de fato, herdeiros da Guerra Fria, protagonistas na Guerra ao Terror, parecem agora saírem de cena, dando o protagonismo para uma visão mais libertária.

#### 5 – A teoria da paz democrática

O poder militar americano ainda é inquestionável, mas, qual candidato conservador ainda acredita [no poder americano como uma força para produzir um mundo mais democrático e supostamente – por tabela – mais pacífico](#)? O uso das tropas e de estratégias com foco na mudança de regimes parecem estar fora da agenda e do debate da era Obama. Nesse ponto, os conservadores *de facto* parecem novamente perder o protagonismo do debate e perfis mais libertários que propõem uma política externa menos idealista parecem nortear a base republicana.

#### 6 – A sociedade pós-racial

Os anos Obama foram mais tensos em termos raciais que os de George W. Bush ou mesmo os de Bill Clinton. Muitos conservadores argumentavam na ocasião da vitória de Obama em 2008 que estaríamos entrando na era pós-racial. Finalmente o EUA superaria seu passado marcado pela segregação e teria seu primeiro presidente declaradamente negro. A ideia de uma “sociedade pós-racial” se insere num debate mais amplo que, para os conservadores, envolve a crítica às cotas raciais, as ações afirmativas e de diversidade e chegam às políticas de Bem-Estar Social, cujo ápice da era Obama foi associado ao *Obamacare*.

Obama não conseguiu mudar muitas coisas em termos de racismo e desigualdades raciais que existem nos EUA, contudo os conservadores também estão com grande dificuldade de argumentar pelo fim do racismo, fim das cotas e fim das políticas de bem-estar social. Mesmo se [a rejeição ao Obamacare](#) for representativa, conservadores encontram dificuldades em argumentar pelo fim dos programas de Bem-Estar Social. Sonhar com uma sociedade pós-racial segue ainda distante e rejeitar e [enterrar o Obamacare](#) seria também inviável como uma promessa eleitoral a se cumprir nos próximos quatro anos.

#### 7 - A mobilização Tea Party

O apoio ao Tea Party, que segundo pesquisa [Gallup](#) chegava em seu auge entre 2008 e 2009 a 30%, com forte identificação aos Republicanos, hoje caiu para quase a metade,

está em 19%. O que querem os tea parties? Os temas e bandeiras de mobilização se dividem entre uma retórica anti-imigrante, um discurso que remete à excepcionalidade americana e contra o “[Big State](#)”. Dessa forma também há diversidade de candidatos que flertam com o Tea Party. Dividir para dominar parece, nesse caso, uma estratégia questionável.

#### 8 – Relativizar os efeitos e a dimensão das Mudanças Climáticas

Talvez depois de Jimmy Carter, Obama seja o presidente que demonstrou maior preocupação com as Mudanças Climáticas. Além de afirmar no começo de 2015 que a maior ameaça aos EUA era a mudança climática, ao longo de seu mandato investiu em biocombustíveis. O alarde em relação ao clima ganhou fôlego progressista quando o Papa Francisco também deu destaque ao tema numa encíclica denunciando a destruição do planeta e clamando por mudanças. A postura tanto de Obama como do Papa produziu [respostas na base conservadora](#). Entre os religiosos o argumento é que [o Papa está errado](#) e que sua postura progressista remete à Teologia da Libertação e assim seria ideológica e nociva para os católicos. Nos EUA, a percepção de que as mudanças climáticas devem ser uma prioridade traduz-se em polarização eleitoral. Segundo pesquisa do [Pew Research Center](#), para o eleitorado Democrata, o tema é prioridade para 54%, entre Republicanos a prioridade cai para apenas 15%.

Na base conservadora há um recorte interessante. A percepção de que a Mudança Climática existe está crescendo, contudo, a maioria segue atribuindo-a a outros fatores, mas não necessariamente de responsabilidade humana ou, sobretudo, dos EUA. A percepção de que a Mudança Climática tem causa humana, na linha que Obama e o Papa argumentam, soa absurda para essa base. [Ted Cruz](#) sintetizou bem esse dilema quando afirmou no lançamento de sua candidatura à Casa Branca que “acreditar que a mudança climática tem causa humana é como acreditar que a Terra é plana”.